A INCLUSÃO NAS ESCOLAS

JESSÉ GRILANDA BRITO

RESUMO

Esse artigo vem buscar reflexões a respeito da inclusão nas escolas. A inclusão é um direito básico de todos e seu objetivo deve ser o de envolver a todos, independentemente de raça, idade, sexo, deficiência, crenças religiosas e culturais e orientação sexual. Quando existe uma verdadeira inclusão, é quando se remove todas as barreiras, discriminação e intolerância. Quando é implementado de maneira adequada, deve fazer com que todos se sintam incluídos e apoiados, seja qual for o ambiente em que estejam. Inclusão é sobre como são estruturadas as escolas, as salas de aula e as aulas para que todos os alunos aprendam e participem juntos. Uma sala de aula inclusiva é aquela que cria um ambiente de apoio para todos os alunos, incluindo aqueles com diferenças de aprendizagem, e também pode desafiar e envolver alunos superdotados e talentosos ao construir um ambiente de aprendizagem mais responsivo.

Palavras-Chave: Direito Básico; Discriminação; Inclusão.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on inclusion in schools. Inclusion is a basic right for everyone and its objective should be to involve everyone, regardless of race, age, sex, disability, religious and cultural beliefs and sexual orientation. When there is real inclusion, it is when all barriers, discrimination and intolerance are removed. When it is properly implemented, it should make everyone feel included and supported, whatever the environment they are in. Inclusion is about how schools, classrooms and classes are structured so that all students learn and participate together. An inclusive classroom is one that creates a supportive environment for all students, including those with learning differences, and can also challenge and engage gifted and talented students by building a more responsive learning environment.

Key words: Basic Law; Discrimination; Inclusion.

INTRODUÇÃO

Inclusão significa respeitar pessoas de todas as origens e culturas e, ao ensinar os alunos a importância disso, cria-se um ambiente muito mais tolerante e compreensivo, não apenas na sala de aula e na escola, mas também na sociedade em geral.

Uma escola ou sala de aula inclusiva só pode ser bem-sucedida quando todos os alunos sentem que realmente fazem parte da comunidade escolar. Isso só pode acontecer por meio de uma discussão aberta e honesta sobre as diferenças e da compreensão e respeito pelas pessoas de todas as habilidades e origens. Um ambiente inclusivo é aquele em que todos se sentem valorizados.

Silva e Morino (2012, p. 33) afirmam que:

Enquanto as teorias educacionais pensam como acontece o processo de ensino-aprendizagem, as teorias neurocientíficas as executam através de representações visuais do cérebro, ou seja, por intermédio das neuroimagens, uma ferramenta necessária à educação moderna e futurista.

A educação inclusiva deve garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos os alunos, atendendo efetivamente às diversas necessidades de uma maneira que seja receptiva, receptiva, respeitosa e solidária. Os alunos participam do programa educacional em um ambiente de aprendizado comum, com apoio para diminuir e remover barreiras e obstáculos que podem levar à exclusão.

A educação inclusiva deve ser realizada em um ambiente de aprendizado comum; isto é, um ambiente educacional em que estudantes de diferentes origens e com diferentes habilidades aprendem juntos em um ambiente inclusivo. Os ambientes comuns de aprendizado são usados na maioria das horas regulares de instrução dos alunos e podem incluir salas de aula, bibliotecas, academia, teatros, salas de música, lanchonetes, playgrounds e a comunidade local. Um ambiente comum de aprendizado não é um local em que os alunos com deficiência intelectual ou outras necessidades especiais aprendem isoladamente com seus colegas.

Percebe-se que muitos professores não estão preparados para receber o aluno inclusivo, por medo do desconhecido, falta de preparo, interesse ou até mesmo por preconceito.

A inclusão diz respeito a identificação e a remoção de barreiras e isto implica na coleta contínua de informações que são valiosas para atender a performance dos alunos a fim de planejar e de estabelecer metas, à presença, participação e a aquisição de todos os alunos. Presença diz respeito a frequência e a pontualidade dos alunos na sua escolarização. Participação tem a ver em como os alunos percebem a sua própria aprendizagem e se possuí qualidade acadêmica. Aquisição se refere aos resultados da aprendizagem em termos de todo conteúdo curricular dentro e fora da escola

(RODRIGUES, 2008, p. 13)

A escola tem a função de preparar o aluno para a sociedade, para o mundo lá fora, mas, a sociedade não está totalmente preparada para receber essas pessoas especiais, pois apesar dos dois estarem no caminho da inclusão, ainda é preciso quebrar alguns paradigmas e preconceitos.

A literatura científica sobre os benefícios de ambientes de aprendizado interativos para alunos com necessidades especiais concentra-se principalmente nas escolas regulares e em relação aos alunos sem necessidades especiais. Estudantes com deficiências mais graves, que precisam de amplo apoio para acessar o conteúdo do currículo e habilidades não acadêmicas, como interagir com outras pessoas, tendem a estar sub-representados, e ainda é necessário saber que podem ser os efeitos que os ambientes de aprendizado interativo em ambientes segregados especiais podem ter em estudantes de educação especial, para melhorar suas competências acadêmicas e sociais.

Enquanto todos os alunos compartilham a característica de ter uma deficiência, um grupo de estudantes não pode ser considerado homogêneo, pois a diversidade entre os estudantes é enorme e as dificuldades e habilidades variam muito. Dessa forma, a neurociência contribui com seus avanços à respeito do cérebro e pessoas com deficiências variadas.

De acordo com Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras...

A maioria dos educadores não ingressa no ensino com a expectativa de trabalhar com alunos consistentemente bem-comportados, entusiasmados e bem-sucedidos que gostam de sentar-se quietos em fileiras, ouvindo os professores darem palestras para eles. A maioria dos professores também não prevê que todos os seus alunos usem obedientemente seus processos cognitivos mais altos para memorizar, priorizar, analisar e refletir sobre tudo o que ouvem. Pode haver alguns dias em que essa perspectiva seja atraente, mas na maioria das vezes, professores e alunos têm pelo menos uma coisa em comum: seus cérebros são inspirados e estimulados pelo desafio.

O que torna os professores verdadeiros educadores é o reconhecimento, a apreciação e o respeito pelas diferenças dos alunos. As diversas inteligências, talentos, habilidades, interesses e origens dos alunos enriquecem nossas escolas e nossas vidas como professores.

À medida que os professores se esforçam para atender às necessidades de todos os alunos, eles percebem que não há dicotomia clara e consistente entre alunos "especiais" e "regulares". Os mesmos alunos nem sempre estarão no topo ou no fundo quando são avaliados de acordo com suas habilidades intelectuais, sociais, físicas e criativas. Com a mudança de um modelo de educação geral / educação especial dividido para um sistema de inclusão unificado, os educadores mais bem-sucedidos serão aqueles que trabalharem juntos e compartilharem recursos e conhecimentos para atender a todas as necessidades dos alunos da maneira que for possível.

OS PSICOPEDAGOGOS, OS PROFESSORES E A INCLUSÃO

Para a maioria dos professores, assim como para grande parte da população, ainda há aqueles velhos conceitos culturais referentes às pessoas com deficiência, como imaginar que elas são doentes e/ou que não se desenvolveram ou aprendem como as demais. Ora, a aprendizagem e o desenvolvimento humanos são individuais, ninguém tem um modelo a seguir, dessa forma o acompanhamento de um psicopedagogo é fundamental para o desenvolvimento integral e significativo das crianças de inclusão.

De fato, nenhum professor está preparado para trabalhar com a Inclusão Escolar até o momento em que chegue à sua turma um aluno a ser incluído, ou seja, ninguém em nenhuma situação está preparado

para resolver algo que nunca vivenciou - o que muitas vezes exige conhecimento de experiências anteriores. Será neste momento que veremos realmente a importância de um psicopedagogo no acompanhamento da inclusão escolar.

O professor e o psicopedagogo, conscientes de seus compromissos e desafios éticos de educar a todos que pertencerem ao seu alunado, primeiro o receberá e somente depois irá se informar, buscar o maior número possível de informações e recursos para promover o desenvolvimento global daquele aluno. De modo geral, o educador reconhece que sua formação é permanente, contínua e flexível e que ocorre em salas de aulas das universidades, com o hábito e prática de leituras e de estudos, assim como também no dia a dia das escolas, na convivência cotidiana com colegas de trabalho, com seus alunos, com suas experiências familiares e na comunidade, dessa forma com a contribuição do psicopedagogo ambos poderão fazer com que o desenvolvimento do aluno de inclusão se torne pleno e significativo, permitindo autoconhecer em suas habilidades e dificuldades, preparando-se bem para contribuir com a formação de qualquer aluno que venha a integrar sua sala de aula.

APOIO E SUPORTE ÀS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

A família, a escola e a sociedade proporcionam o desenvolvimento integral das pessoas com deficiências no percurso de sua vida.

A mãe de uma criança deficiente parece experimentar complexa combinações de emoções ao ficar sabendo que o filho tem deficiência mental (...) discordância ou batalha entre aquilo que se esperava e o que havia acontecido, tais conflitos psicológicos maternos são reações ao desapontamento. (SÓLCIA, 2004, p. 49).

É sabido que as relações entre família, escola e sociedade são fundamentais para colaborar com o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Há necessidade de se compreender como são estabelecidas as relações entre escola, família e sociedade, visando facilitar a aprendizagem, o desenvolvimento humano e a inclusão das pessoas com deficiências.

A família, a escola e a sociedade contribuem para o desenvolvimento das pessoas com deficiências, pois são ambientes favoráveis para um bom desenvolvimento, devendo atuar de maneira integral e significativa.

De acordo com Dessen e Polonia (2007, p. 12):

> [...] como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. E é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola [o que se constitui como] fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa. (p.22)

Percebe-se que com o passar dos anos, as pessoas com deficiências vão sendo tratadas de formas diferentes, como séculos atrás, nos quais eram inúteis, e atualmente são incluídas na sociedade, com acompanhamentos adequados na família e na escola.

Muitas famílias ainda tendem a reproduzir o preconceito e acabam aceitando a pessoa com deficiência como alguém incapaz e restringindo o convívio em sociedade.

Segundo Mazzotta (1982, p.3):

> A própria religião, com toda sua forca cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental e não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência eram colocados postos a margem da condição humana.

Atualmente, as famílias vêm recebendo mais suporte para tratamento das pessoas com deficiências e aceitam melhor o fato de ter uma pessoa com deficiência na família, optando por realizar os tratamentos adequados para o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

De acordo com Sassaki (1997, p. 43):

O que hoje é normal pode não ter sido ontem e não sabemos como será amanhã. O que aqui é normal pode ser anormal em outro lugar ou vice-versa. De tal maneira que o normal não se encontra dentro da pessoa, mas fora dela é aquilo que os outros percebem nas pessoas.

Nota-se que as pessoas com deficiências precisam ser tratadas com cuidados especiais e que devem ter garantidos direitos de serem atendidas com serviços pertinentes, podendo desenvolver suas potencialidades e ter uma vida normal na medida do possível.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação inclusiva significa diferentes e diversos alunos aprendendo lado a lado na mesma sala de aula. Eles gostam de viagens de campo e atividades depois da escola juntos. Eles participam do governo estudantil juntos. E eles frequentam os mesmos esportes que disputam e jogam.

A educação inclusiva valoriza a diversidade e as contribuições únicas que cada aluno traz para a sala de aula. Em um ambiente verdadeiramente inclusivo, toda criança se sente segura e tem um senso de pertencimento. Os alunos e seus pais participam do estabelecimento de metas de aprendizado e tomam parte nas decisões que os afetam.

A educação inclusiva é sobre como as escolas, salas de aula, programas e lições são projetados para que todas as crianças possam participar e aprender. A inclusão também é encontrar maneiras diferentes de ensinar, para que as salas de aula envolvam ativamente todas as crianças. Significa também encontrar maneiras de desenvolver amizades, relacionamentos e respeito mútuo entre todas as crianças e entre crianças e professores da escola.

A educação inclusiva não é apenas para algumas crianças. Ser incluído não é algo para o qual uma criança esteja pronta. Todas as crianças estão sempre prontas para frequentar escolas e salas de aula regulares. Sua participação não é algo que deve ser conquistado.

A educação inclusiva é uma maneira de pensar em como ser criativo para tornar nossas escolas um lugar onde todas as crianças possam participar. Criatividade pode significar que os professores aprendem a ensinar de maneiras diferentes ou planejam suas aulas para que todas as crianças possam se envolver.

Como valor, a educação inclusiva reflete a expectativa de que todos os nossos filhos sejam apreciados e aceitos ao longo da vida.

Nas últimas duas décadas, a noção de inclusão tem ganhado mais atenção e importância por muitos países do mundo (UNESCO 2009). Em 1994, sob a orientação da UNESCO, a declaração de Salamanca, chamada países para fornecer educação a todos os estudantes em ambientes inclusivos, foi aceita por 92 países e 25 organizações (UNESCO, 1994).

Embora alguns países tenham estabelecido suas próprias políticas inclusivas à luz da declaração de Salamanca há evidências de que nem todos os alunos com necessidades educacionais especiais se beneficiam de escolas inclusivas e estudantes com necessidades educacionais especiais ainda estão lutando com a segregação educacional explícita.

A fim de alcançar uma maior inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, reduzir sua segregação educacional e aumentar sua participação em ambientes inclusivos, acredito que revelar barreiras e encontrar maneiras de superá-las tem um papel fundamental. Além disso, pesquisar modelos de inclusão nas escolas pode ajudar a obter uma visão mais ampla sobre as práticas de inclusão, aprender com a experiência de outras pessoas e melhorar a implementação da inclusão nas escolas.

De acordo com Werneck (2002, p. 36-37),

A inspiração para o encontro em Salamanca, na Espanha, foi reafirmar o direito de todas as pessoas à educação, conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1984, e ainda ratificar o empenho da comunidade internacional em cumprir o estabelecido na Conferência Mundial sobre Educação para todos (...).

A mudança de crenças sociais, culturais, filosóficas, bem como de situações econômicas e políticas, influenciou tendências na educação de indivíduos com deficiência por meio de segregação, categorização, integração e inclusão recente.

Os primeiros serviços de educação para estudantes com Necessidades Especiais foram fornecidos para estudantes surdos e cegos na Europa no século 18 e melhoraram durante o século 19.

Na virada do século XX, novas escolas foram estabelecidas para indivíduos com outras deficiências, como a mobilidade. Inicialmente, instituições de caridade e organizações religiosas prestavam serviços para estudantes com Necessidades Especiais, pois os indivíduos com deficiência eram considerados incultos e inúteis, de modo que

a educação dos alunos com Necessidades Especiais era vista como uma questão de caridade e não como direitos humanos. Posteriormente, esses movimentos foram indicados e elaborados como parte dos serviços nacionais de educação, com uma perspectiva segregada.

Em 1994, a declaração de Salamanca foi promulgada pela UNESCO, que convocou os países a promover ambientes inclusivos. (UNESCO, 1994). Esta declaração foi adotada por 92 países e 25 organizações e o movimento em direção à inclusão foi elevado a um nível global.

A inclusão é um conceito multidimensional que abrange muitas áreas como políticas sociais, educação, leis e emprego. Embora a inclusão seja um movimento internacional, não existe uma definição de inclusão internacional ou comumente aceita. Como um conceito complexo e problemático, a inclusão é definida e conceituada de várias maneiras que causam muitas confusões. No entanto, o fio condutor de todas as definições para a inclusão é identificar e valorizar a educação inclusiva nas escolas.

O PAPEL ESSENCIAL DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A adoção de estratégias de educação inclusiva - em que os alunos de educação especial são imersos em salas de aula com colegas com desenvolvimento típico - aumentou rapidamente nas últimas décadas.

Estudos têm mostrado que a aprendizagem inclusiva beneficia todos os alunos em sala de aula, fornecendo instrução atenciosa e personalizada e promovendo a individualidade e a igualdade. Um aluno com autismo pode se sentir mais calmo quando cercado por um grupo diversificado de colegas, enquanto um aluno sem deficiência pode aprender como formar relacionamentos positivos com uma variedade maior de crianças.

Estabelecer um ambiente de aprendizagem integrado de sucesso é uma tarefa complexa que envolve professores, administradores e famílias. Professores de educação especial e de educação geral geralmente trabalham juntos para desenvolver um currículo e criar uma cultura estudantil positiva. Em uma sala de aula inclusiva, os professores de educação especial têm o papel essencial de garantir que os alunos com deficiência ou necessidades especiais recebam uma educação de qualidade.

A educação inclusiva tem sido uma meta universalmente reconhecida há mais de duas décadas, desde a Declaração de Salamanca (1994). Esse objetivo foi reforçado ainda mais pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), o primeiro tornando a educação inclusiva um direito humano fundamental e o último vinculando-o a uma agenda de desenvolvimento global mais ampla. O papel central do professor não pode ser subestimado se pretendemos oferecer educação universal e inclusiva para todos.

Países de todo o mundo estão se esforçando para desenvolver uma educação inclusiva em seus contextos únicos. Ao mesmo tempo, os esforços de colaboração de agências internacionais como o Banco Mundial, UNICEF, IIEP, UNECSO, doadores e outros, concentram-se na construção de um entendimento comum da necessidade de mudança sistêmica no mundo e no mundo.

Dessa forma, enquanto pretende-se construir um entendimento comum da educação inclusiva, muitas vezes se quer dizer coisas diferentes com a palavra "inclusão". É por isso que a pesquisa comparativa internacional é necessária para lançar luz sobre os diferentes entendimentos da educação inclusiva em diferentes países e sobre as maneiras pelas quais o histórico cultural único de um país afeta a promulgação da inclusão no contexto local. O papel dos professores é fundamental nesse sentido.

As chaves para o sucesso são as políticas de formação de professores que apoiam atitudes positivas dos professores e a implementação da educação inclusiva em cada contexto específico de cada país da melhor maneira possível, reconhecendo que as abordagens que funcionam bem em um país de alta renda (por exemplo, grandes quadros da equipe de suporte profissional) pode não estar disponível em um país de baixa renda. De qualquer forma, é importante que o professor não seja deixado sozinho, mas apoiado pelo incentivo à liderança, outros professores e, tanto quanto possível, por outros profissionais disponíveis na escola ou na comunidade em geral.

Em muitos países, o debate sobre inclusão ainda é muitas vezes reduzido à pergunta sobre o local apropriado para educar as crianças que não estão aprendendo da melhor maneira. No entanto, a inclusão consiste em utilizar abordagens criativas para fornecer educação de qualidade a todas as crianças em escolas regulares que estão enraizadas em suas comunidades locais. A espinha dorsal dessas estratégias criativas de apoio é baseada em boas práticas pedagógicas e apoio, que se baseia em atitudes positivas dos professores, educação efetiva e profissional dos professores para inclusão, que podem contribuir para a eficácia adequada dos professores, além de conhecimentos e habilidades para o uso de maneiras eficazes de ensino para todas as crianças.

Para apoiar o aprendizado de todas as crianças, é importante que todos os profes-

sores aprendam sobre pedagogia inclusiva durante o treinamento inicial. Eles também precisam de exposição suficiente para ensinar diversos grupos de alunos nas salas de aula de educação geral, promovendo assim sua eficácia e tornando suas atitudes mais positivas em relação à inclusão.

Segundo Demo (1987, p. 39)

[...] a atividade científica é um atributo de todos aqueles que queiram de verdade se dedicar à atividade de descobertas de novos conhecimentos, procurar novas relações onde elas aparentemente são impossíveis, descortinar pensamentos e teorias e colocá-las a serviço do que se pretende entender (DEMO, 1987, p. 39)

A principal mudança de pensamento necessária é que uma criança com necessidades educacionais específicas em uma sala de aula de educação geral não deve ser encaminhada para outro lugar para obter apoio. Pelo contrário, em geral, deve-se desenvolver apoios mais intensivos nas salas de aula comuns, onde todos os alunos podem receber apoio para participar e aprender de maneira eficaz. Quando necessário, os trabalhadores de apoio devem ser encaminhados à escola da criança para trabalhar com professores e alunos e encontrar soluções inclusivas que funcionem para eles. Isso, por sua vez, apoiará o aprendizado das crianças nos ambientes que eles conhecem e se sentem à vontade e desenvolvem ainda mais o aprendizado positivo e as interações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pode se deixar de considerar que a educação especial sofreu profundas modificações no século XX, com inúmeras reivindicações de movimentos sociais buscando maior igualdade entre os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, promovendo a integração dos alunos com qualquer tipo de deficiência, lançando uma profunda meditação no campo educativo e principalmente fazendo com que a escola assumisse a responsabilidade dos problemas de aprendizagem que eles manifestavam.

Partindo dessas mudanças, o Brasil vem avançando gradativamente e obtivemos mudanças significativas, como inclusão em escola regular com acesso garantido, modificações nos espaços físicos, transporte escolar (quando necessário), acompanhamento clínico e pedagógico, cursos de formação continuada, materiais pedagógicos específicos, salas de apoio e auxiliares ou cuidadores para apoio em atividades intra e extraclasse, favorecendo o processo ensino aprendizagem. Porém estes avanços não são suficientes para garantir uma educação de qualidade e significativa para o aluno deficiente, visto que não é ele quem deve se adaptar à escola, e sim a escola quem deve oferecer condições físicas e pedagógicas para que ele a frequente.

Os professores exercem papéis fundamentais neste processo de exclusão e de inclusão dos alunos deficientes, muitos ainda são resistentes à inclusão, não buscam uma formação continuada específica para desenvolver atividades que promovam e favoreçam, verdadeiramente, a criança deficiente. A formação continuada do professor ganhou força e é imprescindível por mais que ele esteja atualizado, pois o mundo sofre mudanças em questão de segundos e ele deve acompanhar estas mudanças.

Verifica-se que a maioria dos professores não está preparado para atender o aluno com deficiência. Desta forma, conclui-se que a inclusão não acontece de forma significativa, a segregação e exclusão social e escolar é muito presente, mesmo tratando-se de um tema tão atual e com tantas discussões na sociedade a acerca do assunto. Logo, a neurociência pode trazer muitos benefícios para auxiliar os professores que precisam trabalhar com a variedade de inclusão que se tem nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. OIT; Fortaleza, UECE. 1996.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília: Senado, 1998.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, G. B. J. Diagnóstico da deficiência Mental no Contexto de Inclusão. 2001. CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociências e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORDE, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: 1994.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2º ed. São Paulo: Atlas,1987.

DESSEN; M. A.; POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em 13 Fev 2021.

EDUCAÇÃO. Inclusão: qualidade para todos. Nova Escola. ANO XIV, nº 123.

FACÍON, J. R. Inclusão Escolar e Suas Implicações. Curitiba: Ibpex, 2005. FERREIRA, Windtz Brazão. De docente para docente: práticas de ensino e diversidade para a educação básica. São Paulo: Summus, 2007.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um programa maior. In: MANTOAN, M.T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997, p.137-141.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. Campinas – S.P. – Editora Scipione. 1989.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

16

RODRIGUES, D. Revista da Educação Especial. Ed. Secretaria de Educação

Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.

MEC, Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental Educação Especial, série atualidades pedagógicas, 1998.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. As escolas inclusivas na opinião mundial. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 2, n. 2. p. 7-10, jan./fev. 1998.

SÓLCIA, I. V. Âmbito familiar: a reação da família frente a notícia da deficiência dos filhos. Monografia apresentada na Universidade Estadual do Norte do Paraná.

2004.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. 2. ed.

Rio de Janeiro: WVA, 2000.